

Economista acha que com fim de populismo Brasil escapa à hiperinflação

Maurício Cardoso

Correspondente

BUENOS AIRES — Jeffrey Sachs, o *papa da hiperinflação*, em rápida visita a Buenos Aires ditou a receita para derrotar o monstro que ataca a Argentina e ameaça o Brasil. O economista americano de 34 anos, autor do plano que reduziu de 20.000% para 6% a taxa anual da inflação boliviana, acha que a receita é uma só: cortar o déficit público e limitar a emissão monetária. E não teme os custos sociais que podem acompanhar medidas drásticas: "O maior custo social é cobrado pela hiperinflação", disse.

Sachs esteve em Buenos Aires por 48 horas, tempo em que fez uma conferência para líderes empresariais e manteve contatos com membros do futuro governo. Negou qualquer vinculação formal com o governo, mas se encontrou com o presidente eleito Carlos Menem e com o futuro ministro da Economia Miguel Roig. Em uma concorrida entrevista coletiva, Sachs reconheceu paralelos entre a situação atual da Argentina e a que vivia a Bolívia em 1984, quando foi implantado o plano de sua autoria. "A Bolívia estava numa situação extrema de colapso econômico, semelhante à da Argentina agora. As taxas de inflação eram igualmente altas, o governo que saia não gozava de nenhuma credibilidade e o governo eleito chegava com um alto grau de ceticismo."

Com alguma variação, esta seria a situação do Brasil, que segundo Sachs também está a caminho da hiperinflação. "Recomendaria que o governo e o Congresso brasileiros abandonem políticas econômicas de cunho populista", diz o economista, que chegou a concordar com a moratória declarada pelo governo Sarney há dois anos. "O problema é que ela coincidiu com a tentativa de Sarney de ficar cinco anos no poder. Ele fez qualquer coisa e não tomou medidas fiscais sérias."

Sachs recomendou que o *slogan* da campanha anti-droga liderada pela ex-primeira dama dos Estados Unidos, Nancy Reagan, seja usado para combater a hiperinflação: "Simplesmente, diga não". Diga não à emissão monetária e ao déficit orçamentário. Mais do que a pressão dos sindicatos operários, o economista teme a pressão dos dirigentes empresariais. "O governo tem de resistir à tentação de conceder créditos baratos, taxas de juros baixas, subsídios à produção. Em vez disso, deve obrigar a comunidade empresarial a financiar o crescimento com recursos próprios, grande parte deles depositada no exterior." Ele acredita que os trabalhadores, que já pagam um preço muito alto pela inflação, entendem mais facilmente que com a recuperação da economia recuperam também o poder aquisitivo dos salários.

Vantagem — Neste ponto, Sachs vê uma vantagem da Argentina em relação ao Brasil. "A fuga de capitais hoje constitui uma ótima notícia para a Argentina, porque significa que existe uma quantidade considerável de dinheiro argentino no exterior para financiar a economia argentina. Por que pedir desesperadamente um empréstimo ao FMI ou ao Banco Mundial quando existem US\$ 40 bilhões argentinos no exterior?", pergunta. A sugestão de Sachs é que as autoridades econômicas restrinjam o crédito de tal maneira que os empresários tenham de recorrer a sua poupança no exterior para investi-la no país. Embora o Brasil não tenha tanto capital no exterior, Sachs reconhece uma classe empresarial mais empreendedora e uma estrutura de produção mais sofisticada no país. "No Brasil, o problema está no setor público", diz ele.

Sobre as dívidas interna e externa, a sugestão de Sachs é no mínimo surpreendente. "A dívida interna deve ser paga e a dívida externa, não", diz Sachs. "Pode ser muito perigoso pagar a dívida externa, mesmo reconhecendo que o City ou o Chase vão fazer grandes pressões se ela deixar de ser paga." Sachs faz uma distinção entre a dívida interna e a externa. Para ele, a dívida interna é relativamente pequena em termos de Produto Bruto. Em situação de descontrole, ela puxa as taxas de juros para cima, mas num programa de reajuste as taxas caem naturalmente. Além disso, a dívida interna surgiu para pagar a dívida externa, e é necessário que o governo mereça confiança para poder pedir dinheiro emprestado aos cidadãos. "Esta é uma base da convivência civilizada numa sociedade."

Quanto à dívida externa, ela é muito grande, foi contraída por ditaduras, os bancos sabiam o que estavam fazendo. A Argentina empregou uma grande quantidade de recursos para atender aos compromissos da dívida nos últimos sete anos. "E agora basta", diz Sachs, que aconselha o país a estabelecer negociações com os organismos internacionais e governamentais que de alguma forma compartilham a ideia de aliviar a carga da dívida externa. Quanto aos bancos comerciais, este não seria o momento de estabelecer contatos, simplesmente porque não há dinheiro para pagar-lhes.